



O Ministro Julio Sambaquy no Conselho Federal de Educação (texto na pág. 6)

CAPES

**BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA NACIONAL DE
APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR**



CAMPANHA NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)

Coordenador

Anísio Spinola Teixeira

Diretor Executivo

Almir de Castro

Conselho Consultivo

Anísio Spinola Teixeira

— Coordenador

Darcy Ribeiro

— Presidência da República

Durmeval Trigueiro Mendes

— Ministério da Educação e Cultura

Frederico José de Souza Rangel

— Ministério do Trabalho e Previdência Social

Wladimir Murinho

— Ministério das Relações Exteriores

Manoel Frota Moreira

— Conselho Nacional de Pesquisas

José Ribeiro Lira

— Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico

Eduardo Simonsen

— Confederação Nacional da Indústria

José Luiz de Magalhães Lins

— Confederação Nacional do Comércio

Antônio Moreira Couceiro

Jacques Danon

Av. Marechal Câmara, 210-8º e 9º andares — C. Postal, 5185

- End. teleg. EDCAPES - Tel. 52-9072 - Rio de Janeiro - Brasil

UNIDADE DO BRASIL

Anísio S. Teixeira *

Desde a sua descoberta, o Brasil tem sido objeto de curiosidade e estudo de eminentes homens de cultura e de espírito de outros países. A nossa Brasileira conta, talvez, com tantos autores estrangeiros quanto nacionais. No longo esforço de introspecção em que todos nós brasileiros estamos imersos, sentimos-nos sem dúvida extremamente ajudados pela visão mais desprendida e por isto mais objetiva do observador estrangeiro. Nos tempos presentes, poucos autores poderiam como Charles Wagley, pelo treino profissional, pela longa experiência e pela penetração de espírito, dar-nos uma interpretação do Brasil. E outra coisa não é o que nos oferece êle agora neste admirável livro, ao mesmo tempo simples e profundo, escrito como uma livre meditação sobre a nossa terra, meditação apenas possível graças aos longos anos de estudo, reflexão e afetuosa identificação com o país.

Ao ler-lhe os originaes, disse-lhe logo que me senti seu discípulo, que muito aprendera ali, que nada poderia acrescentar, mas, se me permitisse, não teria dúvida em apresentar algo como um "aparte" às suas considerações sobre o "mistério" da legendária unidade do Brasil, a despeito dos seus extraordinários contrastes e de sua extrema diversidade.

Sem dúvida, tudo leva a crer que essa unidade decorre da unidade de língua, consideravelmente uniforme em toda a imensa extensão geográfica, do singular e eficaz cuidado português de isolar-nos durante os três séculos de colonização e do caráter relativamente pacífico de nossa expansão territorial, em virtude da fragilidade das culturas indígenas, rapidamente destruídas ou assimiladas. Como pôde, entretanto, essa unidade ser mantida ao longo do século XIX e do século XX? Por que escapamos — a despeito das lutas pela independência, dos tumultos de nossa emancipação política, das crises de nossas evoluções econômica, das desigualdades de nosso desenvolvimento social e das lutas pela defesa, integração e expansão territorial — de todo e qualquer divisionismo, para não dizer balcanização, característico do movimento de emancipação da América espanhola? Ouso acreditar que isto devemos ao fato de havermos sido e até hoje sermos

* A propósito do livro que o professor Charles Wagley, da Universidade Columbia, Estados Unidos, acaba de escrever sobre o Brasil.

antes um Império que um Estado, governado por poderes centrais, que lembram, para dizê-lo brutalmente, os do governo da Roma Imperial sobre o seu extenso território.

A supremacia do poder político não se estabeleceu no Brasil como uma gradual evolução de poder local, mas caracterizou-se sempre como imposição de poder central sobre a ordem tradicional social e econômica. Deste modo, constituiu-se sempre como um poder imperial e não como a natural emergência da soberania popular.

Se considerarmos o Brasil como um império, como um poder metropolitano central e um sistema colonial interno periférico, muitas das nossas dificuldades de interpretação da sua "misteriosa" unidade caem por terra. Essa "unidade" passa a explicar-se em grande parte como resultado da apatia, impotência, subordinação e atraso das áreas periféricas em face das áreas metropolitanas.

Efetivada durante o período de colonização externa e consolidada pelo regime de colonização interna, a nossa unidade não sofreu nenhum sério abalo nem muito menos fratura, exatamente devido à profunda desigualdade econômica que põe o Sul, industrial e rico, a cavaleiro do Norte, arcaico e pobre.

A chamada Revolução de 1930 poderia ter-se desenvolvido como a revolução de integração nacional, ao longo de linhas que lembrariam a Guerra de Secessão dos Estados Unidos, se essa revolução não tivesse sido esmagada pelo movimento de contra-revolução, que se sucedeu à aparente derrota de São Paulo, no seu levante contra o poder central. Foi a rendição política desse poder às forças conservadoras da nação que manteve o Brasil em suas linhas tradicionais e restaurou o sentido de império do governo da República Brasileira.

Com efeito, desde a independência, em 1822, nada mais havíamos feito do que transferir o poder da Metrópole estrangeira para a Metrópole nacional, conservando o sentido colonizador do governo central. Aos que estão familiarizados com a história das províncias, ao tempo do Império, e depois dos estados, ao tempo da República, será impossível evitar a comparação das autoridades imperiais e depois das autoridades federais aos procônsules romanos. Verificava-se sempre entre a autoridade e o povo a mesma distância social e a mesma profunda incompreensão que deveria caracterizar a autoridade colonizadora. Episódios de levantes populares nas cidades, ao tempo do Império, e, talvez ainda mais eloqüentemente, episódios de fanatismo religioso, já na República — nenhum mais famoso do que o de Canudos, imortalizado por Euclides da Cunha — foram tratados pela autoridade central do governo brasileiro do mesmo modo por que semelhantes incidentes seriam resolvidos pelas autoridades romanas no Oriente Médio. A ordem política era uma ordem externa, "federal", de cúpula, sob cuja proteção e domínio viviam os povos provinciais, com os seus costumes,

hábitos e tradições, substancialmente semelhantes devido à unidade de língua e aos três séculos de calculada e planejada uniformização imposta pelo domínio português.

Com a proclamação da República, concedeu-se autonomia às províncias, agora estados à maneira da federação norte-americana. Mas, enquanto que a federação nos Estados Unidos resultava da limitação dos direitos originários dos estados, os quais subsistiam sempre que não expressamente transferidos, no Brasil os direitos dos estados foram outorgados pela União. Encerra-se essa verdadeira experiência política nos primeiros quarenta anos da república. Na prática, consistiu a experiência no estabelecimento da hegemonia dos dois estados mais importantes sobre a União. Os Estados de São Paulo e de Minas Gerais repartiram entre si o poder federal e exerceram até 1930 o comando político da nação. Com a cisão entre eles e a aliança de Minas Gerais ao Estado do Rio Grande do Sul, sobreveio a Revolução de 1930, provocando a instabilidade política conseqüente de um período ditatorial que somente se encerra em 1946, com uma nova constituição, em que se restabelece o poder da União em linhas semelhantes em muitos aspectos à situação reinante ao tempo de Império, lembrando os estados agora as antigas províncias sob o comando do poder econômico e político extremamente ampliado do governo federal.

Essa concepção do Estado Brasileiro como poder imperial sobre as culturas locais das províncias, hoje estados, é que permitiu manter-se a unidade política dentro da extrema diversidade cultural de todo o país. Tal natureza imperial do governo central, que se transferiu da Colônia para o Império e deste para a República, retardou, sem dúvida, o desenvolvimento global do país, mas, por outro lado, permitindo e mesmo promovendo o desenvolvimento desigual e particular de certas zonas de hegemonia e contendo as demais, operou como que uma super-ordem para a manutenção da integridade nacional.

Graças a esse processo de retardamento causado pela natureza colonizadora do governo central pôde o Brasil atravessar o possível período de desmembramento e chegar à época contemporânea, quando o progresso da tecnologia das comunicações e dos transportes já permite enfrentar os problemas de desenvolvimento global sem perda da unidade política. Ninguém poderá dizer se a divisão do Brasil não teria ocorrido se o avião e os meios de comunicação não tivessem chegado a tempo de mantê-lo unido, a despeito de seu desenvolvimento desigual e contrastante. A observação que assim ousa ajuntar à análise lúcida e percuciente de Charles Wagley em relação ao "mistério" da unidade brasileira não escapa a certo aspecto paradoxal.

A nossa unidade resultou, no passado, de uma estrutura colonial interna, que retardou o desenvolvimento global e conteve o país atrasado em face de sua região em desenvolvimento, impedindo qualquer fragmentação;

e, no futuro, em face do desenvolvimento global ora iniciado, será mantida graças aos novos meios de comunicação e de transporte, que já agora tornam plenamente executável o desenvolvimento material de nações de tipo continental como o Brasil. Se o retardamento do nosso desenvolvimento não tivesse ocorrido, ou nos desmembraríamos, ou realizaríamos a nossa integração com a violência que marcou a integração política e a expansão territorial dos Estados Unidos. Ficamos unidos porque éramos atrasados e seremos unidos porque hoje os meios tecnológicos permitem o desenvolvimento pacífico de nações de porte continental.

Não desejo encerrar este rápido comentário sem renovar a Charles Wagley a gratidão de um brasileiro por mais este livro, que tanto nos ajuda a ver e sentir a nossa realidade e a formar a consciência nacional, sem o que não poderíamos dirigir o movimento de nossa emancipação econômica, mantendo íntegro o nosso caráter nacional.

FORUM DE OPINIÕES

Política

Em conferência na Semana de Estudos Políticos da Faculdade de Filosofia do Recife, o professor Newton Sucupira, membro do Conselho Federal de Educação, declarou que «a vida humana é essencialmente política»:

«Diante da nossa condição humana, que exige coexistência, não é possível viver humanamente sem participar, de uma forma ou de outra, da política.»

Na tomada de consciência da nossa interdependência em relação aos outros homens poderemos achar a nossa liberdade. A coexistência, de acordo com o esquema de Jean Lacroix, pode dividir-se em «social privado» e «social público». Neste último campo situam-se as atividades da política. O político pode assumir três posições fundamentais — a da praxis, a da teoria ou a da filosofia política. O professor Sucupira parece optar pela pri-

meira dessas atitudes: «A política é o reino da eficácia.»

Que posição deve assumir o estudante? Elemento coexistente e participante da comunidade, seria alienação o estudante não se politizar. Não pode furtar-se a uma lúcida tomada de consciência da realidade brasileira: «A inconformação com a ordem política e social vigente demonstra a maturidade do estudante.»

Evolução sem Violência

O professor Pierre Monbeig, da Sorbonne, que recentemente deu um curso de geografia na Universidade

de São Paulo, declarou à imprensa baiana que o Brasil está passando por «uma crise de transformação econômica geral», devida à industrialização e à agricultura, em nova fase, com repercussões de ordem social e econômica, e desejou «o desenvolvimento harmonioso do mundo rural e urbano, pois o progresso de um país de tipo latino-americano não deve ser concebido apenas em função das grandes aglomerações urbanas, mas também dos conjuntos regionais».

Instado a falar sobre a reforma agrária, o professor Monbeig relutou, mas, lembrando que, do ponto de vista geográfico, o Brasil é verdadeiramente um subcontinente, afirmou que «nem as condições físicas, nem as condições históricas lhe conferem uma uniformidade tal que possa justificar uma solução única».

O visitante, que já residiu 12 anos no Brasil, disse acreditar que o nosso país «conseguirá sua evolução social sem violências».

Reforma Secundária

Em artigo divulgado pela imprensa gaúcha, Alberto Gosch considera leviana a política de abrir de par em par as portas da Universidade:

«A Universidade de portas abertas serviria de abrigo a uma enxurrada de ignorantes, de incompetentes e despreparados (...) Seus portões já são largos demais. Antes de escancará-los mais ainda, é preciso lutar pelo maior preparo da juventude, que vegeta nos bancos secundários (...)»

O articulista maneja algumas cifras sobre o ensino médio, afirma que a Universidade depende da escola secundária e que esta, «todos sabemos, não é boa», e conclui:

«Antes da reforma universitária, a reforma secundária. Ou ambas ao mesmo tempo, e com a maior brevidade.»

Túmulos em Vez de Cidades

Os homens estão construindo túmulos em vez de cidades — disse o arquiteto grego Constantino Doxiadis, em conferência no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro — e, se não houver redução no ritmo de crescimento dos centros urbanos, tornar-se-ão impossíveis, dentro de alguns anos, a locomoção e a própria vida nas grandes metrópoles do mundo.

O conferencista salientou que o homem, nos dias atuais, vive o dilema de construir veículos altamente velozes, visando a ganhar mais tempo para as suas atividades, enquanto assiste à inutilidade de todo esse esforço, uma vez que a velocidade é neutralizada, nas grandes cidades, pelo congestionamento do tráfego.

A fim de evitar que o homem acabe inteiramente esmagado pelos problemas de locomoção nos principais centros urbanos, disse êle, as áreas para pedestres deverão ser amplas e os veículos não cruzarão as ruas centrais, chegando somente a certos pontos dos grandes blocos residenciais e comerciais.

Se continuarmos a construir do modo por que o fizemos até agora, advertiu Doxiadis, estaremos destruindo vidas em nome do progres-

so e da tecnologia e, em lugar de construir a casa do homem, estaremos fabricando o seu túmulo.

NOTICIÁRIO

O Nôvo Ministro no Conselho Federal de Educação

Por decreto de 18 de outubro publicado no **D.O.** de 21, o Dr. Júlio Furquim Sambaquy foi nomeado para exercer interinamente o cargo de Ministro da Educação e Cultura. Antigo e conceituado servidor do Ministério, o Dr. Sambaquy vinha dirigindo, ali, o Departamento de Administração.

No dia 4 de novembro o nôvo Ministro visitou o Conselho Federal de Educação, onde, saudado pelo presidente do órgão e discursando em seguida (foto da capa), ressaltou a profícua atuação do Conselho como órgão de cúpula do sistema brasileiro de ensino.

Carteira de Nível Médio

Em portaria nº 417, de 17 de outubro, o então Ministro Paulo de Tarso instituiu a Carteira Nacional de Estudante de Nível Médio.

Utilização de Reatores de Pesquisa

Entre 4 e 8 de novembro a Comissão Nacional de Energia Nuclear e a Agência Internacional de Energia Atômica promoveram, em São Paulo, uma reunião internacional sobre a utilização de reatores de pesquisa, a fim de discutir temas de interesse regional dos países da América Latina.

Houve oito sessões reservadas à discussão de problemas gerais e uma sessão especializada para a apresentação e discussão de trabalhos originais de pesquisa.

Um dos principais problemas discutidos foi o estudo da instalação e operação de centros nucleares que já possuam ou desejem possuir reatores de pesquisa, com o seu natural complemento de formação e treinamento de pessoal nos setores de bioquímica, agricultura e radiologia, entre outros.

Foram convidados 24 especialistas estrangeiros — metade pela CNEN, metade pela Agência Internacional. A delegação brasileira compunha-se de cerca de 45 cientistas nucleares.

Duas reuniões regionais — uma em Bangkok (Tailândia), outra em Atenas (Grécia) — foram realizadas, anteriormente, pela Agência Internacional de Energia Atômica.

Genética

O deputado Melo Braga, do Paraná, apresentou à Câmara dos Deputados projeto-de-lei visando à criação, nos cursos de História Natural das Faculdades de Filosofia, da cadeira de Genética, anexa à de Biologia.

Justificando o projeto, o deputado Melo Braga disse que a genética «é uma ciência dotada das mais amplas e profundas aplicações práticas», tanto na agricultura quanto na pecuária, e, aplicada ao ser humano, constitui «um dos elementos básicos no estudo da mortalidade e da morbidade.»

Fundação Wallace Simonsen

A 26 de setembro foi firmada solenemente, em São Paulo, a escritura de instituição da Fundação Wallace Simonsen, entidade educacional destinada a instalar e manter uma Universidade que ministrará ensino de Ciências Políticas e Sociais, Ciências Econômicas e Jornalismo.

Pavimentação Rodoviária

A 17 de outubro encerrou-se no Recife o curso de especialização de Pavimentação Rodoviária, iniciado a 3 de junho, por promoção do Instituto de Pesquisas Rodoviárias, em colaboração com o DNER, a SUDENE e o DER de Pernambuco.

O curso teve a freqüência de 25 engenheiros dos Estados compreendidos entre o Piauí e a Bahia.

Os engenheiros Antão Luís de Melo (DER), José Mário Coimbra (DNER) e Jorge de Azevedo Rodrigues (SUDENE) orientaram o curso.

Os concluintes seguiram para os Estados Unidos, a fim de visitar os centros especializados de pavimentação rodoviária americanos.

Análise da Comunicação

Em fins de outubro teve início, no Instituto Brasileiro de Cidadania e Administração (Rua México, 21, 5º andar, Rio), um curso de Análise da Comunicação aplicada às Relações Humanas.

O programa do curso constava de duas partes: a) os aspectos técnicos do processo de comunicação e b) os aspectos psicológicos em relação à interação humana, à percepção e empatia, à interdependência comunicativa nos grandes e pequenos grupos e os aspectos sociológicos da comunicação.

Administração Pública, PE

A 16 de setembro foram reabertas as aulas dos cursos especiais da Escola de Administração Pública subordinada à Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco, que haviam sofrido uma interrupção de quatro anos.

A Escola, dirigida pelo professor Malaquias Abrantes dos Santos, funciona anexa à Faculdade de Ciências Econômicas, na Rua do Hospício, Recife.

Direitos Autorais em Arquitetura

Transcrevemos de **O Estado de São Paulo** (13/10) :

Novas perspectivas abrem-se aos arquitetos e desenhistas industriais, no que se refere ao debate sobre os seus direitos autorais. Em decisão recente da 12ª Vara Cível da Capital [São Paulo], o arquiteto Rodolfo Ortemblad Filho ganhou a causa por ele impetrada contra uma firma construtora paulista, acusada de ter-se apropriado dos estudos feitos pelo arquiteto para a construção de um prédio situado à Rua Mario Feraz.

Trata-se da primeira manifestação do Poder Judiciário sobre o assunto (...).

Dois recursos de apelação foram interpostos da decisão do magistrado de primeira instância, devendo o Tribunal de Justiça do Estado [de São Paulo] pronunciar-se sobre ela, confirmando-a ou reformando-a.

Nos autos do processo, declara o arquiteto Rodolfo Ortemblad Filho que foi procurado por dois indivíduos que lhe foram apresentados por certa firma imobiliária, a pretexto de solicitar seus serviços profissionais para a elaboração de um estudo preliminar destinado à construção de um edifício.

O arquiteto apresentou os primeiros esboços, pelos quais recebeu a importância de 15 mil cruzeiros, para efeito de despesas. Mais tarde realizou novo estudo, em iguais condições, «com reserva de direitos autorais caso fôssem utilizadas as idéias nêle contidas».

Nenhum dos dois estudos foi aceito pelos incorporadores, razão pela qual o arquiteto deixou de considerá-los. Ao saber que uma outra firma construtora (co-ré no processo) havia sido designada para construir o prédio, e tendo-se esta aproveitado das idéias que ele fornecera àqueles dois indivíduos, Rodolfo Ortemblad Filho moveu a ação em causa, baseando-se nos seguintes argumentos, entre outros :

«A implantação dos blocos no terreno é a mesma. O da frente coloca-se em sentido longitudinal, a pouca distância da divisa lateral esquerda, e o dos fundos no sentido transversal. O equilíbrio das massas, a visar efeito plástico, é o mesmo. As perspectivas são as mesmas. A disposição final das massas é a mesma. As salas e os dormitórios apresentam-se em ambos os projetos na mesma disposição, voltados para a melhor face, norte e noroeste. Os apartamentos oferecem a mesma forma de buscar visibilidade total, insolação e ventilação e o mesmo aproveitamento da vista do Clube Pinheiros. As soluções de circulação são basicamente idênticas.

Embora os réus afirmassem que o arquiteto não tinha direito à proteção legal que invocara, «porque sua obra não foi regularmente registrada» e «porque não houve a alegada usurpação de suas idéias», a sentença favorece ao arquiteto com argumentação ante a qual as reivindicações dos réus se tornam inconsistentes.

Em defesa do arquiteto, salienta o item IV da sentença :

«A questão é de relevante importância, menos pelo «quantum» pleiteado à fls., mais por causa da extensão dos efeitos que o julgado pode ter em relação aos arquitetos em geral.

De fato, enquanto escritores, pintores, músicos, compositores, têm defendido seus direitos, quase uniformemente, até por associações de classe, com os arquitetos — que também são criadores — isso não sucede, a despeito de que igualmente estejam sob a proteção do art. 649 do Código Civil.

Procurando uma explicação para o fato, chego à conclusão de que tal acontece, porque, emancipando-se, partiu a arquitetura em busca não somente da solidez, da eficiência, da harmonia de linhas, mas sobretudo do belo, o que significa uma nova forma de criação artística.

Essa orientação somente se tornou possível recentemente — prossegue o texto da sentença — em consequência do aparecimento de certos materiais de construção, que agora permitem ao arquiteto desenvolver sua fantasia, sem prejuízo do essencial. Tão grande a transformação que um cânone estético se vem formando, com os homens aprendendo a ver que o cimento armado, com suas rugosidades e suas falhas, é tão belo, na sua nudez pujante, nos seus lances retos, estuantes de força, quanto belos foram, a seu tempo, a taipa, o adobe ou a saia balão.

A arquitetura ocupa hoje uma posição de destaque como elemento

plástico dentro da paisagem urbana. Desdobrou-se da engenharia. Propiciou o aparecimento de homens que jogam com as massas de concreto e ferro com o mesmo senso artístico de um pintor consagrado, quando mistura as tintas, na sua palheta. E então um simples pilar, imaginado sob uma forma capaz de transmitir idéia de graça e leveza — como no Palácio da Alvorada — deixa de ser apenas o instrumento frio de sustentação de uma viga ou laje, e se transforma num verso, ou mesmo numa canção.»

Conclui o item IV da sentença : «A arte que se expande, e que granjeia adeptos, reclama um direito que a proteja. A arquitetura conquistou o seu lugar, ao lado da literatura, da escultura, da pintura, do cinema, lugar que precisa ser resguardado, para que termine o processo de libertação, e para que se complete a estruturação desse direito — o direito autoral — que, nos tempos materialistas que atravessamos, é uma fascinante criação espiritual, fruto maduro da inteligência da criatura humana.»

No item X da sentença, depois de considerados os conceitos de «plágio», «originalidade» e «novidade», apresenta-se a seguinte conclusão :

«Entre os dois projetos, o que ficou no desenho e o que foi executado, não há apenas semelhança. O que existe é uma excepcional semelhança, não somente no essencial — a forma em L, os blocos de alturas desiguais, as faces projetadas em função da mesma curva do sol, para

obter a mesma vista etc. — mas também nos pormenores, no caso não somente de ordem puramente técnica, mas tendo em vista os mesmos elementos plásticos de composição no conjunto.

As mesmas linhas básicas de composição, a mesma implantação no terreno,

Os mesmos dois apartamentos por andar, a mesma disposição dos serviços e ambientes principais, o mesmo tipo de circulação vertical.

Ora, como assinalou o arquiteto Zenon Lotufo, e tal como sucede nos concursos, para um mesmo tema, várias são as soluções propostas. «Para um mesmo programa, a mesma área de construção e o mesmo terreno, apresentam-se dezenas de partidos diferentes. Não houve ainda, na História, a coincidência de dois partidos.»

Então a circunstância de haver coincidência de caráter excepcional autoriza o Juízo a concluir pela afirmativa de que houve usurpação.»

O arquiteto Rodolfo Ortemblad Filho reclamou uma indenização de 2 milhões 749 mil e 200 cruzeiros, nas bases da tabela do IAB, e a sentença, depois de considerar justa tal reivindicação, assinala :

«A tabela básica de honorários» do Instituto de Arquitetos do Brasil, embora não seja oficial, estipula, para o caso de aproveitamento do estudo preliminar e anteprojeto, a porcentagem de 35% (fls. 27), em dôbro, por se configurar a hipótese da letra H (fls. 27). Não é oficial, mas é aceita em Juízo.»

Livros Didáticos

O Ministro Paulo de Tarso baixou a Portaria nº 373, de 1º de outubro (D.O., 17/10/63), estabelecendo normas para os livros didáticos que se editem no país, a partir de 1964, para as escolas de grau médio.

Literatura Americana

De passagem pelo Recife, o professor David Weimer, assistente da cadeira de Civilização Americana na Universidade Rutgers, de Nova Jersey, pronunciou duas conferências, uma na Faculdade de Filosofia, outra na Sociedade de Cultura Brasileiro-Americana, sobre literatura dos Estados Unidos.

As conferências, em inglês, versaram sobre ficção negra recente e romancistas contemporâneos dos Estados Unidos.

Prêmio de Tecnologia

O Instituto Nami Jafet para o Progresso da Ciência e da Cultura conferiu o Prêmio Nami Jafet de Tecnologia à Associação Brasileira de Metais e ao Instituto de Antibióticos da Universidade do Recife.

O prêmio é de um milhão de cruzeiros para cada entidade.

Química Orgânica

O professor L. Mester, que se encontra no Brasil em missão de intercâmbio científico do governo francês, cumprindo programa de pesquisas no Instituto Oswaldo

Cruz em torno de problemas comuns à química orgânica e à biologia, realizou duas conferências no Rio de Janeiro, uma na Faculdade Nacional de Farmácia, UB, outra na Academia Brasileira de Ciências.

Os temas foram : a reação Formazan de açúcares e compostos relacionados, e carbo-hidratos relacionados a proteínas.

Ensino Médio, GB

Nos dois últimos anos, 14 novos estabelecimentos estaduais de ensino médio foram instalados na Guanabara. Em consequência, o número de matrículas, entre 1960 e 1963, aumentou em 214%.

Em 1960, havia 32 escolas de nível médio (secundárias e técnicas), com 15 817 matrículas e 476 turmas. Em 1962, cinco novos ginásios diurnos foram instalados; e, em 1963, três ginásios diurnos e seis noturnos.

A eliminação da capacidade ociosa de colégios e ginásios se revela nos dois exemplos seguintes : 1) o Colégio Estadual Visconde de Cairu, que em 1960 tinha 1 079 alunos matriculados, registrou 1 704 em 1961, 3 700 em 1962 e 4 519 em 1963, um aumento de 318%; 2) no Colégio Estadual João Alfredo o crescimento das matrículas no período considerado atingiu 494%.

No Instituto de Educação, que encerrava as suas atividades, outra, às 17 horas, instalou-se o Ginásio Estadual Antônio Prado Júnior (noturno), que já em 1962 contava com 1 400 alunos. Do mesmo modo,

começaram a funcionar em prédios de escolas primárias os ginásios Pero Vaz de Caminha, Tomás Antônio Gonzaga, Cidade de Lisboa, Teresa Cristina e Cristóvão Colombo.

O total da matrículas no ensino médio, que era de 11 780 em 1960, se elevou a 38 212 em 1963.

Forum sobre a Amazônia

Sob o patrocínio da Fundação da Casa do Estudante do Brasil, realizou-se na Guanabara, na segunda quinzena de novembro, um Forum sobre a Amazônia, reunindo sociólogos, historiadores, etnólogos e economistas, autoridades e parlamentares.

O Forum, que teve a colaboração do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, visava a «levar à consciência nacional os mais importantes e graves problemas da região amazônica, através de uma grande cobertura nacional pela imprensa, rádio e televisão.»

Matemática «Viva e Concreta»

Desde a sua fundação, em outubro de 1961, o Grupo de Estudo do Ensino da Matemática (GEEM), com sede na Faculdade de Filosofia da Universidade Mackenzie, congregando professores universitários e secundários de matemática, tem-se dedicado à introdução, coordenação e divulgação da matemática moderna nos vários níveis de ensino.

O presidente do GEEM é o professor Oswaldo Sangiorgi.

A «algebrização» de toda a matemática foi preconizada, primeiro, por psicólogos e educadores como Jean Piaget e Maria Montessori, de referência ao curso primário. Pouco antes da última guerra, um grupo de matemáticos franceses, sob o pseudônimo único de Nicolas Bourbaki, coordenou essas idéias num tratado intitulado **Elementos de Matemática**. A partir da integração da matemática de todos os níveis e com base nos novos métodos psicopedagógicos, surgiram várias escolas renovadoras, em especial nos Estados Unidos e na União Soviética. No Brasil, os Congressos Brasileiros de Ensino da Matemática (Bahia, 1955; Porto Alegre, 1957; Rio de Janeiro, 1959; Belém, 1962) foram as primeiras manifestações oficiais de introdução de novos programas e de modernização da matemática. Em Belém, o GEEM apresentou um trabalho que mereceu a aprovação geral: **Assuntos mínimos para um moderno programa de Matemática para o Ginásio e para o Colégio**.

Através de convênios com os governos federal e estadual, o GEEM vem realizando cursos de férias, para aperfeiçoamento de professores secundários; experiências de ensino no curso oficial de admissão ao ginásio (transmitido pela TV) e em ginásios e colégios da capital e do interior paulista; cursos de introdução da matemática moderna no primário (para professores).

O GEEM já lançou uma obra de divulgação da matemática moderna e do seu ensino e, em 1964, come-

çará a editar manuais de ensino nos novos moldes.

Estudos sobre a América Latina

Professores universitários britânicos estão tomando providências para a criação de uma sociedade destinada a promover estudos sobre a América Latina.

De acordo com o professor Peter O'Dell, catedrático de Geografia da Escola de Economia de Londres, «já se chegou a um ponto em que é necessário decidir da continuação desses importantes estudos em bases formais».

Naquela Escola, os professores O'Dell e Archer Tropp, catedráticos de Sociologia, orientarão um seminário sobre a América Latina para um grupo de pós-graduados.

A nova sociedade incluirá nas suas fileiras professores de Universidades britânicas que, nos seus trabalhos didáticos ou científicos, se tenham ocupado de problemas da América Latina.

Atividades de Bolsistas da CAPES no Estrangeiro

★ O engenheiro Hélio Ribeiro da Silva, da Escola de Engenharia da UMG, cumpriu, na França, sob o patrocínio do governo francês e da CAPES, um programa de aperfeiçoamento em Eletrotécnica, tendo estagiado na École Nationale des Métiers, de Gurcy-le-Châtel. Além de observar as técnicas de ensino utilizadas na École, visitou as principais Escolas de Engenharia e o

Instituto Eletrotécnico daquele país e vistoriou o equipamento pedagógico áudio-visual adquirido na França pelo Instituto Eletrotécnico da Escola de Engenharia da UMG para reformulação dos métodos ali seguidos no ensino da Eletrotécnica.

★ O dr. Carlos do Amaral Cintra, Zootecnista da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, realizou, na França, como bolsista do governo francês e da CADES, um estágio de aperfeiçoamento que lhe permitiu ampliar seus conhecimentos sobre a conformação ideal da raça bovina e métodos de seleção de gado de raça.

★ Já regressou ao Brasil o sr. Cesário Salgado de Almeida, professor diplomado pela Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa e pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Rio de Janeiro, que realizou nos Estados Unidos, como bolsista do Institute of International Education e da CAPES, estudos pós-graduados de Língua e Literatura Inglesas, havendo obtido o título de «Master» nessa especialidade.

★ O sr. Ruy Fausto, da Faculdade de Filosofia de Rio Claro, São Paulo, regressou da Alemanha, onde, como bolsista da CAPES, frequentou, na Universidade de Tübingen, cursos de língua alemã e de Filosofia, este último com os professores Bloch e Schulz, e em complemento de programa cumprido

na França, como bolsista do governo da França.

★ Como bolsista do Ponto IV e da CAPES, o dr. Emil Sabbaga, do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, estagiou no Serviço de Doenças Renais do Peter-Bent Brigham Hospital, de Boston, Estados Unidos (Escola de Medicina da Universidade Harvard), e visitou vários outros centros nefrológicos norte-americanos, em Washington, Cleveland, Chicago, Minneapolis e Los Angeles.

★ Com bolsa de estudos do governo francês e da CAPES, o dr. Fábio Konder Comparato — que trabalha atualmente no Supremo Tribunal Federal, como Secretário Jurídico do Ministro Evandro Lins e Silva — doutorou-se em Direito pela Universidade de Paris, tendo defendido, com distinção, a tese «Essai d'Analyse Dualiste de L'Obligation en Droit Privé».

★ O dr. Kenkichi Fujimori, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, realizou, na Universidade de Tohoku, Japão, com bolsa da CAPES, estudos avançados no campo da Física dos Metais, havendo obtido o título de Doutor em Ciência.

★ Com bolsa do governo francês e da CAPES, realizou o engenheiro Araif José, de São Paulo, estágio de aperfeiçoamento nos estabelecimentos NEYRPIC e SOGREA, em Grenoble, France, ten-

do participado de trabalhos diretamente ligados à sua especialidade : projetos hidráulicos, hidrelétricos e hidrográficos, além de estudos econômicos de desenvolvimento ou recuperação de terras.

★ O engenheiro Walter de Almeida Braga, Assistente da cadeira de Pontes e Grandes Estruturas da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, realizou na França, como bolsista do governo francês e da CAPES, um estágio de aperfeiçoamento em concreto protendido, que complementou com visitas a fábricas e laboratórios em Portugal, na Alemanha e na Inglaterra.

★ O dr. Darci de Oliveira Ilha, Professor-Assistente da Faculdade de Medicina de Pôrto Alegre (Uni-

versidade do Rio Grande do Sul), cumpriu na Suécia um programa de aperfeiçoamento patrocinado pelo governo daquele país e pela CAPES. Durante oito meses estagiou no Hospital Carolinska, em Estocolmo, dedicando-se à radiologia geral, radiologia cardiovascular e pulmonar e especialmente radiologia pediátrica, no caso de crianças vitimadas por doenças cardíacas congênitas. Em seguida, visitou clínicas especializadas em Londres, Hamburgo e Boston.

★ Como bolsista do governo francês e da CAPES, o engenheiro Stélvio Milton Teixeira Ranzini, Assistente da Escola Politécnica da USP, realizou na França um estágio de aperfeiçoamento em Mecânica dos Solos.

MUNDO UNIVERSITÁRIO

Transferência de Alunos

O Conselho Federal de Educação baixou resolução disciplinando as transferências de alunos matriculados em instituições de ensino superior nacionais ou estrangeiras, para qualquer ciclo, série ou nível dos cursos, as quais serão feitas mediante adaptações.

Segundo a resolução, entende-se por adaptação o conjunto dos trabalhos prescritos pelo estabelecimento de ensino com o objetivo de situar ou classificar, em relação aos seus planos e padrões de estudo, um aluno transferido de outra escola cuja estrutura didática seja diversa da sua no todo ou em parte.

Na elaboração dos programas de adaptação, serão observados os seguintes princípios gerais :

I — Os aspectos quantitativos e formais do ensino — representados por itens de programas, número de lições, ordenação de disciplinas e outros semelhantes — não devem superpor-se à consideração mais ampla da integração dos conhecimentos e habilidades inerentes ao curso no contexto da formação cultural e profissional do estudante.

II — A adaptação refere-se aos estudos feitos ao nível de graduação, dela excluindo-se o concurso de habilitação e quaisquer outras atividades antes desenvolvidas pelo aluno para se credenciar ao ingresso no curso.

III — Em nenhum processo de adaptação poderá ser dispensada ou substituída qualquer matéria do currículo mínimo fixado por este Conselho, quando o curso corresponder à profissão regulamentada.

IV — Não estão isentos de adaptação os alunos beneficiados, por leis especiais, com o privilégio de transferência em qualquer época e independentemente da existência de vaga.

Aos princípios gerais contidos no

artigo anterior acrescentam-se os seguintes critérios especiais :

I — Quando o estabelecimento de que se transfere o estudante não incluir em seu plano qualquer matéria além do currículo mínimo fixado para o curso, e houver currículo complementar na escola que o recebe, é obrigatório o estudo das respectivas disciplinas pela forma que por esta vier a ser determinada.

II — Quando ambas as escolas incluírem matérias além do curso mínimo, sendo porém essas diferentes no todo ou em parte, poderá o estabelecimento que recebe o aluno exigir, em qualquer hipótese, o estudo de tôdas as disciplinas do seu próprio currículo complementar ou, como solução pedagógica mais recomendável, acreditar o daquelas já cursadas que, a seu juízo, apresente um equivalente valor formativo.

III — Quando inexistir currículo mínimo fixado para o curso, por não corresponder este a profissão regulamentada, os critérios do item anterior poderão estender-se a tôdas as disciplinas.

IV — Quando as disciplinas já cursadas pelo aluno, dentre as resultantes do currículo mínimo e quaisquer outras que sejam comuns, tiverem na escola que o transfere desenvolvimento inferior ao exigido pela escola que o recebe, poderá esta realizar a adaptação por meio de exames especiais ou prescrevendo o estudo regular dos temas ainda não vistos que sejam

indispensáveis ao prosseguimento do curso.

V — Quando nas duas escolas não coincidirem os períodos letivos, a seriação das disciplinas e o sistema de pré-requisitos, em vários desses aspectos ao mesmo tempo, recomenda-se a adoção, pelo estabelecimento que recebe o aluno, de esquemas especiais de estudo que possibilitem melhor aproveitamento do seu tempo e de sua capacidade de aprendizagem.

VI — Quando forem prescritos estudos suplementares, no processo de adaptação, poderão esses realizar-se através de matrículas por disciplinas, mesmo na hipótese de que a nova escola adote exclusivamente o regime seriado.

VII — Quando, em transferências que eventualmente se façam durante o período letivo, o mínimo de frequência exigido pela escola de origem for inferior ao prescrito pelo novo estabelecimento, prevalecerá o da primeira até a data em que o aluno dela se haja desligado.

VIII — Quando permanecerem dúbidas quanto à situação definitiva do estudante, na escola que o recebe, poderá esta conceder-lhe matrícula condicional por um período de observação e adaptação, com a assistência de professor-orientador, findo o qual confirmará ou informará simplesmente essa matrícula ou determinará, globalmente ou por disciplinas, os níveis ou séries a que deva corresponder a sua formação anterior.

Engenheiros e Economistas

Transcrevemos do **Jornal do Comércio** (15/10) do Rio de Janeiro :

«O desenvolvimento da nossa estrutura econômica no decorrer dos últimos 10 anos, em que pesem os reparos de forma que possam ser feitos, está representado pelo número sempre crescente de profissionais formados em nível superior. Em 1953, as faculdades de Engenharia formavam 7 250 profissionais para 3 001 em Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais. Nos dois anos seguintes, o número de formados em Engenharia permaneceu estável, 7 421 e 7 851, respectivamente, enquanto que, para Ciências Econômicas, a proporção de aumento registrada pelo Serviço de Estatística da Educação do MEC, era de cerca de 1 000 por ano. No ano passado, chegávamos à cifra de 13 120 formados em Engenharia para 10 275 em Ciências Econômicas. É evidente que, face ao grande desenvolvimento industrial, estas cifras terão de ser examinadas com certa reserva, tanto mais que a percentagem daqueles que conseguem atingir as qualificações profissionais de nível superior é mínima, se levarmos em conta a população jovem potencialmente capacitada. Contudo, não se pode deixar de registrar a tendência, sempre louvável, da participação de profissionais especializados na orientação de nossas atividades econômico-industriais. Sinal de que abandonamos a fase empirista.»

Ciências Econômicas, UEG

A 12 de outubro completou 33 anos a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado da Guanabara, fundada pelo professor Antônio Pedrosa de Lima em 1930.

Universidade Católica da Bahia

O governo do Estado da Bahia doou à Universidade Católica uma área de 223 000 metros quadrados, na Av. Barros Reis, para a construção das suas instalações, que ocuparão uma área coberta de 144 000 metros quadrados.

Monsenhor Eugênio Veiga, Reitor, disse que a Universidade será construída com recursos da comunidade e do estrangeiro, anunciando que a Misereor, entidade católica da Alemanha, já lhe concedeu um auxílio de 30 000 dólares.

Estudos Políticos

Entre 14 e 21 de outubro o Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia do Recife promoveu uma Semana de Estudos Políticos, constante de conferências e debates.

O programa foi o seguinte :

— Objeto da política — Newton Sucupira,

— Política e desenvolvimento econômico — Francisco Oliveira.

— Política e Socialismo — Gláucio Veiga.

— Democracia liberal — Amaro Quintas.

— Democracia social na linha da Igreja — Rafael de Menezes.

— Análise da estrutura política e Revolução brasileira — Luís Delgado.

Civilização Espanhola

O Centro de Cultura Hispânica da Universidade do Ceará (Av. Visconde de Cauípe, 2910) promoveu, entre 17 de setembro e 29 de novembro, um curso sobre a Civilização Hispânica, abrangendo os seguintes aspectos :

— Arte do período pré-colombiano : México e Guatemala — Aliza Baer (quatro palestras).

— Aspectos histórico-geográficos da Espanha — José Cal Vidal (quatro palestras).

— História da pintura espanhola — Lúcia Tavares Xavier (quatro palestras).

— Panorama do romance contemporâneo espanhol — Pedro Paulo Montenegro (quatro palestras).

— O teatro de Federico García Lorca — François Marie Villespy (quatro palestras).

Análise de Produtos Farmacêuticos

A 16 de outubro foi assinado, na Reitoria da Universidade de Minas Gerais, um convênio entre o Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos e a Faculdade de Farmácia da UMG, visando à cooperação e aproximação entre a indústria e a Universidade.

Pelo acôrdo, compromete-se a Universidade, através da Faculdade

de Farmácia, à análise das matérias-primas e dos produtos terminados da indústria farmacêutica de Minas Gerais.

A análise compreende: identificação de substâncias químicas utilizadas como matéria-prima; ensaios qualitativos das impurezas contidas nas substâncias químicas; doseamento dos teores de pureza das substâncias químicas; controle dos produtos de fabricação (preparações galênicas e especialidades farmacêuticas).

Cabe aos laboratórios pedir à Faculdade a análise, que será gratuita.

Italiano

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Ceará iniciou, em setembro, um curso livre de italiano — língua, conversação e literatura, sob a orientação do professor Hesíodo Facó, do Departamento de Letras Neolatinas.

Lingüística

Promovida pelo Departamento de Antropologia do Instituto de Ciências Políticas e Sociais, realizou-se, em novembro, na Faculdade de Filosofia de Pernambuco, da Universidade do Recife (Rua Nunes Machado, 42), a Semana de Estudos Lingüísticos.

Foram as seguintes as conferências da Semana:

— Conceituação da Lingüística — José Brasileiro Tenório Vilanova.

— Desenvolvimento da linguagem — Francisco Gomes de Matos.

— Pesquisas lingüísticas no campo Fulniô — Geraldo Lapenda.

— África lingüística — José Cavalcanti Sá Barreto.

— România e lingüística românica — José Lourenço de Lima.

Formação de Médicos

A Comissão de Planejamento da Formação de Médicos, presidida pelo professor Durmeval Trigueiro Mendes, diretor do Ensino Superior do MEC, considerou capital, para a expansão do ensino médico, o aumento do número de formandos.

Para alcançar esse objetivo, foi adotado um plano de emergência, a curto prazo, que permitirá a duplicação das graduações, com base no incremento de matrículas nos próximos três anos. Mediante o acréscimo de matrículas, da ordem de 12% ao ano, será possível a formação de 12 000 médicos no triênio 1969-71, ou seja, o mesmo número dos seis anos precedentes (1963-68), para os quais está prevista a formação de 12 600 médicos.

No ano de 1963 registrou-se um aumento de matrículas da ordem de 40% em relação ao ano anterior.

Para a execução, a longo prazo, da política da Diretoria de Ensino Superior relacionada com a criação de novas escolas médicas, a formação dos seus corpos docentes e a formação de médicos para a assistência rural, a Comissão, dividida em três grupos, formula consultas a diretores e Congregações das Faculdades de Medicina existentes no

país, habilitando-se, assim, a fixar os critérios a que obedecerão esses objetivos e a fazer um levantamento das necessidades atuais e do consequente número de vagas.

Integram a Comissão os professores Paulo de Góis (Universidade do Brasil), Carlos Cruz Lima (Universidade do Brasil), Roberto Santos (Universidade da Bahia), Hélio Mendonça (Universidade do Recife), Antônio Moreira Couceiro (Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas), Oscar Versiani Caldeira (Universidade de Minas Gerais) e Luis Carlos Uchoa Junqueira (Universidade de São Paulo) e os médicos Lincoln de Freitas (Ministério da Saúde) e Ernani Braga (Federação Pan-Americana de Escolas Médicas).

Motor V-8

A Ford Motors do Brasil doou ao Instituto de Mecânica da Universidade do Paraná, dirigido pelo professor Ralph Leitner, um motor V-8 para o laboratório de Termodinâmica Aplicada.

Vagas nas Escolas Superiores, GB

Observa **O Globo** (29/10): «Enquanto que o número de matrículas nas escolas primárias, secundárias e normais do Estado da Guanabara aumentou consideravelmente, as vagas existentes nas escolas superiores da Universidade do Brasil, da Universidade do Estado e na Pontifícia Universidade Católica, para o próximo ano letivo, continuarão mais ou menos proporcionais a este

ano, a não ser que novas verbas de emergência sejam liberadas para atender ao crescente número de excedentes, ou que se elabore um plano, de execução rápida, para aumentar a capacidade de atendimento das faculdades, principalmente as filiadas à Universidade do Brasil.»

Segundo o vespertino carioca, é a seguinte, até o momento, a estimativa do número de vagas, para 1964, nas escolas superiores sediadas no Estado da Guanabara:

Universidade do Brasil

Escola de Enfermagem Ana Néri, 60 vagas; Escola Nacional de Belas Artes, 110; Escola Nacional de Educação Física e Desportos, 240; Escola Nacional de Engenharia, 300; Escola Nacional de Música, 301; Escola Nacional de Química, 80; Faculdade Nacional de Arquitetura, 160; Faculdade Nacional de Direito, 400; Faculdade Nacional de Farmácia, 50; Faculdade Nacional de Filosofia, 687; Faculdade Nacional de Medicina, 280; Faculdade Nacional de Odontologia, 40; e ilimitado o número de vagas na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas.

Universidade do Estado da Guanabara

Faculdade de Direito, 300 vagas; Faculdade de Ciências Médicas, 120; Faculdade de Filosofia, 420; Faculdade de Ciências Econômicas, 240; Faculdade de Engenharia, 120; Faculdade de Serviço Social, 120; Es-

cola de Enfermagem Raquel Had-
dock Lôbo, 120.

Quadros Italianos

A Embaixada da Itália ofereceu à Faculdade Nacional de Filosofia, UB, uma coleção de cerca de cem reproduções de quadros célebres, em fototipias policromas de alta fidelidade, como contribuição ao novo departamento didático áudio-visual da FNFfi.

O conjunto representa cinco séculos de pintura italiana.

Faculdade de Filosofia de São Carlos

O governador de São Paulo designou o professor Emanuel Soares da Veiga Garcia, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, para estudar as possibilidades de instalação e funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Carlos.

Não obstante criada em 1958, até agora a nova unidade de ensino superior não foi instalada.

IV Forum de Reitores

Transcrevemos de **O Estado de São Paulo** (3/11) :

«Com o propósito de promover melhor integração das unidades universitárias e de aperfeiçoar as normas vigentes em nossa organização de ensino superior, deverá realizar-se próximamente o IV **Forum** Universitário, assembléia que reúne os

reitores de todas as Universidades do País. O **Forum** Universitário vem sendo até agora um dos pontos altos da esclarecida orientação que o professor Durmeval Trigueiro Mendes estabeleceu na Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura. Analisando documentos previamente elaborados e que se relacionam com problemas fundamentais do ensino de nível superior, o colégio de reitores contribui de forma positiva para definir, em termos objetivos, os pontos básicos da reforma universitária. A desordenada expansão do ensino superior e a política paralela de federalização de escolas e universidades agravaram consideravelmente as condições de funcionamento e de rendimento do trabalho de pesquisa e de ensino. Embora seja relativamente grande o número de unidades de ensino superior, reunidas ou não em universidades, a verdade é que esse número, por questões de estrutura, não fornece ao País o quadro de técnicos, cientistas e professores de que necessita para garantia de uma das condições mais importantes do seu progresso econômico e social. Impõe-se, nestas condições, o exame metucioso das causas do desperdício educacional e, conseqüentemente, financeiro que caracterizam a presente situação do ensino universitário brasileiro. Estas causas, como muito bem afirmou em reiteradas ocasiões o professor Durmeval Trigueiro Mendes, se concentram no binômio educacional, o professor e o aluno, e a nosso ver podem ser corrigidas sem que a

reforma universitária se transforme numa bandeira de agitação nas mãos de um grupelho diretamente interessado no desencadeamento de um processo de convulsão social.

O IV **Forum** Universitário deverá examinar os seguintes assuntos : 1) O problema do professor; condições para o seu aperfeiçoamento e seu regime de trabalho. 2) O problema do estudante; o tempo integral para os alunos. 3) Diversificação dos cursos superiores, de acordo com as necessidades do mercado de trabalho. 4) Estudos de pós-graduação e formação de pesquisadores. 5) Condições orçamentárias e gerais para que as Universidades possam dar cumprimento aos seus planos de formação de pessoal, segundo as necessidades nacionais. 6) Concentração das campanhas instaladas no Ministério da Educação e Cultura. 7) Regulamentação do regime de tempo integral para os professores.

Pode parecer, à primeira vista, que a reunião dos reitores das Universidades brasileiras se resumirá numa simples troca de impressões e de opiniões mais ou menos fundamentadas sobre os problemas que constam do temário amplamente distribuído. Os que vêm acompanhando de perto os trabalhos do atual diretor do ensino superior não ignoram, entretanto, os cuidados técnicos em que se apoiam estas reuniões. Sobre os diferentes assuntos a serem examinados, conta o **Forum** de Reitores com todo um conjunto de documentos elaborados por comissões de especialistas de diversos setores do Ministério da Edu-

cação e Cultura. São estes os elementos que asseguram à reunião dos reitores um sentido altamente técnico, pois com os subsídios fornecidos por estes documentos o colégio de reitores está em condições de definir as diretrizes que deverão orientar a política educacional do Governo na esfera do ensino superior.

Esta política, já esboçada em reuniões anteriores, deve traduzir um esforço de integração de planos e programas com o objetivo de eliminar definitivamente as falhas de nossa organização universitária. De um modo geral essas falhas se apresentam nos insuficientes índices quantitativos que se referem ao número de alunos e de diplomados pelas nossas escolas superiores e de sua desigual distribuição pelos diferentes tipos de curso de nível universitário e, ao mesmo tempo, patenteiam-se nas condições de vária natureza que comprometem a eficiência e a qualidade do trabalho realizado por professores e especialistas, tanto no campo da pesquisa científica quanto no dos serviços propriamente do ensino. A organização de centros de pesquisa e treinamento avançado, a articulação de escolas dentro de um plano de assistência mútua, o estabelecimento, sobre melhores fundamentos, de um plano de extensão do regime de tempo integral para professores e pesquisadores, o estabelecimento de um sistema diversificado de cursos de pós-graduação, a reestruturação dos cursos superiores de forma a ajustá-los às efetivas necessidades

do mercado de trabalho que exige qualificação de nível superior, o incremento das matrículas nos cursos que mais diretamente se relacionam com as exigências do desenvolvimento econômico nacional e a melhoria das condições do aluno, constituem alguns dos principais pontos

da política de ensino por que se iniciará a verdadeira reforma da Universidade Brasileira. Neste sentido a realização do IV **Forum** Universitário representa um acontecimento que poderá marcar uma data na história do desenvolvimento do ensino superior do País.»

ASPECTOS INTERNACIONAIS DA EDUCAÇÃO

Escola Matemática Polonesa

A imprensa brasileira divulgou o artigo de Waclaw Sierpinski, da Academia de Ciências da Polônia, que transcrevemos a seguir :

Não sou historiador de matemáticas, e o que vou dizer não é fruto de investigação alguma neste terreno. Falarei somente de questões que me foram contemporâneas, de acontecimentos que presenciei ou em que tive alguma participação, de gente que conheci pessoalmente.

Para compreender como e quando surgiu a Escola Matemática Polonesa, devemos começar falando de como se apresentava a situação antes da primeira guerra mundial. Existiam então somente duas universidades polonesas : em Cracóvia e em Lwow, e em cada uma delas havia apenas duas cátedras de matemáticas.

Em Cracóvia lecionavam Kazimierz Zorawski e Stanislaw Zaremba; e em Lwow, Josef Puzyna e eu. Havia também poloneses que ocupa-

yam cátedras em universidades e escolas politécnicas no estrangeiro. Não existia então a Sociedade Polonesa de Matemáticas, que foi fundada depois da primeira guerra mundial, em fins de 1920. Existia, em Varsóvia, no entanto, o Clube de Matemáticas e Física, fundado em 1905 e dirigido por Samuel Dickstein.

Vale a pena dedicar a este Clube algumas linhas, porquanto contribuiu grandemente para o desenvolvimento das matemáticas na Polônia. Samuel Dickstein, diretor, foi o fundador das duas primeiras revistas matemáticas polonesas: em 1887, **Trabalhos Matemáticos e Físicos** e em 1897, **Notícias Matemáticas**. Mantinha êle as duas revistas com os seus próprios recursos. Dickstein foi igualmente o primeiro presiden-

te do Conselho Científico da Associação de Cursos de Ciências, fundada em Varsóvia em 1906, para suprir a falta de uma universidade polonesa na capital. Durante os primeiros anos de existência desses cursos, ali dei aulas de Introdução à Análise e de Teoria dos Números, até minha transferência em 1908 para a Universidade de Lwow.

Antes da primeira guerra mundial não houve congressos de matemáticos poloneses. Houve somente uma seção de matemáticas nos congressos de naturalistas e médicos poloneses. De um desses congressos, que teve lugar em 1911 em Cracóvia, participamos os quatro professores de matemáticas das universidades polonesas e Samuel Dickstein, de Varsóvia. Cada um de nós apresentou sua dissertação perante a respectiva seção do congresso, mas fora das sessões habituais conversávamos amistosamente de tudo, menos de matemática. Acontece que cada um de nós trabalhava em campo distinto das matemáticas : Zorawski tratava de geometria; Zaremba, das equações diferenciais ; Púfyna, das funções analíticas; Dickstein especializava-se em história das matemáticas; e eu, em Teoria dos Conjuntos e Teoria dos Números. Não houve, desse modo, problemas científicos que nos tivessem podido interessar a todos em conjunto.

Regressei desse congresso vencido de que tal estado de coisas não podia continuar. Não existia então nenhuma forma de cooperação entre nossos matemáticos, nem

tampouco informação recíproca. Se bem que tivéssemos matemáticos cuja obra era conhecida no estrangeiro, não existia a matemática polonesa. Cheguei à conclusão de que seria melhor que um maior número de nossos matemáticos trabalhassem em uma determinada disciplina.

No outono de 1909, dei na Universidade de Lwow um ciclo de aulas intitulado «Teoria dos Conjuntos». Segundo reconhecem historiadores de matemáticas do estrangeiro, (por exemplo, Quido Vetter), foi a primeira exposição universitária da Teoria dos Conjuntos na qualidade de matéria à parte. Entre os estudantes que assistiram a essas aulas estava Otto Nikodym, que atualmente é catedrático numa universidade estadunidense, e Stanislaw Ruziewicz, depois professor da Universidade de Lwow e reitor da Academia de Comércio Exterior, assassinado pelos nazistas em 1941, com numeroso grupo de professores de Lwow.

Em 1913 chegou a Lwow Stefan Mazurkiewicz, a fim de doutorar-se sob minha direção. Como tema para sua tese de grau dei-lhe certo problema difícil — ainda não resolvido até então — relativo aos pontos múltiplos de curvas que enchem um quadrado.

Mazurkiewicz conseguiu em sua tese doutoral resolver este problema, que em seguida foi também resolvido pelo célebre matemático austriaco Hahn, que desconhecia o trabalho de Mazurkiewicz. No mesmo ano ofereci o posto de assisten-

te no seminário de matemáticas da Universidade de Lwow a Zygmunt Janiszewski, que acabava de doutorar-se em Paris com uma tese relativa à Topologia.

Quando nos encontramos os três, em 1919, Janiszewski, Mazurkiewicz e eu, na qualidade de primeiros professores de matemáticas da restituída Universidade Polonesa de Varsóvia, decidimos levar a cabo uma idéia de Janiszewski, que era a de publicar em Varsóvia, em língua estrangeira, uma revista dedicada à teoria dos conjuntos, à topologia, à teoria das funções reais e à lógica matemática. Dessa maneira surgiram os **Fundamenta Mathematicae**, de que se publicaram até agora 51 volumes.

A publicação de uma revista consagrada não ao conjunto das matemáticas, mas a alguns aspectos seus, representava então uma novidade. Alguns eminentes cientistas estrangeiros nos desaconselharam tal empreendimento. Felizmente, todos esses temores se mostraram vãos. Quando, em 1935, apareceu o 25º volume de **Fundamenta Mathematicae**, J. D. Tamarkin escreveu no **Boletim da Sociedade Americana de Matemáticas** que a história dessa revista polonesa era, ao mesmo tempo, a história da moderna teoria das funções de uma variável real. No ano passado, por motivo da publicação do 50º volume, Pavel S. Alexandrov, membro da Academia Soviética, disse que tal acontecimento era uma festa para os matemáticos de todo o mundo.

Os **Fundamenta Mathematicae** contêm mais de 1500 trabalhos de 420 autores, entre eles mais de 300 estrangeiros, inclusive os mais eminentes matemáticos contemporâneos.

Infelizmente, Janiszewski não chegou a ver nem sequer o primeiro volume da revista que daria do grande matemático, em 1920, somente uma nota necrológica. No ano passado, por iniciativa do Instituto de Matemáticas da Academia Polonesa de Ciências, apareceu um volume de obras escolhidas de Zygmunt Janiszewski, publicado em francês com o título **Oeuvres Choiesies**. O volume contém uma biografia de Janiszewski e uma bibliografia de suas obras científicas.

Depois da primeira guerra mundial, quando Janiszewski, Mazurkiewicz e eu começamos a dar aulas e dirigir seminários na Universidade de Varsóvia, dedicamos muita atenção à Teoria dos Conjuntos, Topologia e Teoria das Funções de uma variável real. Entre nossos alunos havia pessoas de muito talento. A maioria deles conseguiu em pouco tempo ensinar em nossas universidades e vários ocupam atualmente cátedras em renomadas universidades norte-americanas. São precisamente eles que, conosco, formam o grupo que foi denominado Escola Matemática de Varsóvia.

Cabe perguntar aqui o que se entende por uma escola científica. O professor Stanislaw Golab disse o seguinte: «Dizemos que surge uma escola quando, sob a influência de uma ou várias individualidades, um

determinado ramo de ciência assinala destacado desenvolvimento. Toda a atividade científica se concentra em torno de uma só matéria ou de um grupo de matérias, começa a crescer o número de especialistas consagrados a esses estudos, cria-se uma revista científica que publica principalmente trabalhos relativos a essas matérias. Este núcleo principia a exercer influência e chamar a atenção dos cientistas que a ele não pertencem, os quais vão adotando as idéias e métodos de trabalho e começam a chegar ao centro para ali mesmo estudar a nova orientação.»

No 6º volume de **Fundamenta Mathematicae** (do ano 1961), o professor Hugo Steinhaus descreve como, havendo saído a passeio numa tarde de verão de 1916, por um parque de Cracóvia, ouviu dois jovens conversar a respeito da integral de Lebesgue. Tratava-se de Stefan Banach e Otto Nikodym. Steinhaus conheceu então Banach, que havia sido forçado a interromper seus estudos na Politécnica de Lwow devido à guerra. Steinhaus apresentou-lhe nessa ocasião um problema difícil que ele mesmo vinha procurando resolver havia algum tempo. Para sua grande surpresa, passados alguns dias, Banach trouxe-lhe a solução do problema.

Em 1920, Banach é nomeado assistente de matemáticas na Politécnica de Lwow. Desde esse momento começa sua vertiginosa carreira científica. Já o primeiro volume de **Fundamenta Mathematicae**, de 1920, traz um trabalho seu sobre

certa equação funcional, e o terceiro volume contém sua tese doutoral sobre operações em conjuntos abstratos. Banach obteve o grau de doutor mediante dispensa especial do Ministério da Educação, pois não tinha terminado seus estudos universitários. Pouco depois foi nomeado professor e, dois anos mais tarde, membro correspondente da Academia de Ciências da Polônia.

A partir do ano de 1932 começam a aparecer em Varsóvia as **Monografias Matemáticas**. O Comitê de Redação dessas publicações foi encabezado, desde o início, pelo professor Kazimierz Kuratowski. Nossas **Monografias Matemáticas** — que são publicadas em sua maioria em línguas estrangeiras — são muito apreciadas em outros países, nos quais se encontram em quase todas as bibliotecas matemáticas. Até agora foram publicados 40 volumes das **Monografias**, alguns dos quais foram várias vezes reeditados. O primeiro volume das **Monografias** foi obra de Banach, e contém seu trabalho «Operações lineares» em francês. O êxito dessa obra se deve a que, graças aos «espaços de Banach», podem ser resolvidas de maneira geral diversas questões que anteriormente tinham de ser tratadas em separado, e cuja solução exigia considerável esforço.

Não é este o momento oportuno para falar dos importantes resultados obtidos por Banach. Quero somente mencionar o chamado paradoxo da esfera, demonstrado por Banach e Turski em 1924, no 6º volume de **Fundamenta Mathematicae**.

Eles demonstraram que a esfera pode dividir-se em várias partes com as quais é possível compor duas esferas, sendo ambas do mesmo tamanho da esfera primitiva.

Em 1929, Stefan Banach e Hugo Steinhaus começaram a editar em Lwow a revista **Studia Mathematicae**, publicando em línguas estrangeiras trabalhos relativos à análise funcional, aos métodos abstratos da análise e ao cálculo de possibilidades. Até agora, foram publicados 20 volumes dessa revista. Dêste modo teve início a Escola Matemática de Lwow, da qual saíram muitos matemáticos eminentes, como Juliusz Schauder, assassinado pelos nazistas durante a guerra, e Stanislaw Ulam, discípulo de Kuratowski e de Banach, que deu valiosa contribuição ao cálculo da relação termo-nuclear do hidrogênio.

Stefan Banach faleceu em 1945. Num ato dedicado à memória de Stefan Banach e realizado em Varsóvia por ocasião do XV aniversário de sua morte, o professor M. H. Stone, de Chicago, eminente matemático norte-americano, começou seu discurso com as seguintes palavras:

«A marca deixada por Stefan Banach nas matemáticas de nosso século garante-lhe um posto duradouro na história da ciência. Tanto com sua própria obra, como também estimulando o interesse e o trabalho de outros matemáticos em sua pátria, a Polônia, e em outros países, ele exerceu uma influência decisiva no desenvolvimento da moderna análise funcional.»

De minha parte, acrescentarei que basta folhear as edições atuais das revistas matemáticas de diferentes países para encontrar sempre um ou mais trabalhos dedicados aos «espaços de Banach», quando não o seu nome no título de algum artigo.

No ano passado tive o ensejo de visitar o Museu das Ciências, em Chicago. Na seção consagrada às Matemáticas há uma placa onde figuram os nomes dos mais eminentes matemáticos do mundo inteiro já falecidos, com notas biográficas. Entre eles, somente três nomes de poloneses: Copérnico, Hoene-Wronski e Banach. Também há ali uma segunda placa com quarenta nomes dos mais destacados matemáticos contemporâneos de diferentes países. Com agrado vi que também ali figuravam os nomes de vários matemáticos poloneses.

Universidade

Um ligeiro histórico do nascimento da Universidade está contido nestas linhas, publicadas pela imprensa carioca:

«Instituição medieval, as Universidades surgem na Europa do século XII como corporações privilegiadas de mestres e estudantes empenhados no «studium generale». Suas raízes — as escolas isoladas — mergulham ainda mais fundo no tempo. Salerno, no Reino de Nápoles, que reivindica o título de a mais velha das universidades, já é famosa internacionalmente no século IX, pela sua escola de medicina, herdei-

ra da ciência de Hipócrates através do mundo greco-romano e da cultura árabe que se alastra pelo norte da África. Bolonha, Pavia e Ravena são notáveis centros de direito lombardo e de direito romano no século XI. Os graus universitários são introduzidos no pontificado de Eugênio III (1145-53). Arvora-se o imperador Barbarroxa em protetor dos escolares, conferindo em 1158 imunidades e privilégios aos estudantes estrangeiros. Grupados pela procedência, por causa da língua e costumes, os jovens forasteiros constituem as «nações». Bolonha possui, originalmente (1158) os «Citramontani» e «Ultramontani». Por volta de 1200 já ali se reúnem mais de dez mil estudantes, na maioria alienígenas. Na Universidade de Pádua, fundada em 1222, distinguem-se os «Francigenae» (incluindo normandos e ingleses) e os «Provençais» (englobando catalões e espanhóis). Em Vancelli (1228) há quatro «universitates» compostas de italianos, ingleses, provençais e germanos.

Ainda na Idade Média muitas outras universidades repontam na Península: Reggio d'Emilia e Modena — centros de Direito antes do século XII; depois Vicenza (1204), Arezzo (1215), Nápoles (1224), Siena (1241) e Piacenza (1248); e mais tardiamente Roma (1303), Perúgia (1308), Pízza (1343), Florença (1348), Ferrara (1391), Palermo (1394), etc.

Para Paris convergem, em 1200, mestres e discípulos oriundos de todos os países, que se reúnem à sombra da Notre Dame para bar-

ganhar conhecimentos. Escapando à disciplina eclesiástica, professores e alunos se aproximam pela afinidade comum. Dessa associação espontânea resulta a «Universitas». Enquanto que os estudantes se grupam em «nações», cada qual elegendo o seu deão, os mestres formam as «faculdades»: Teologia, Direito, Medicina e Artes Liberais. Em 1245 as quatro nações das Artes elegem um reitor-geral. Durante os primeiros séculos o reitor da Universidade de Paris é sempre um estrangeiro. Mediante contribuição pública, são fundadas casas para os estudantes pobres, as quais tomam o nome de «colégios». O mais famoso é fundado por Robert de Sorbon, em 1253, para os alunos de teologia. Essa casa se torna tão conhecida que durante séculos o nome de Sorbonne é confundido com o da universidade.

A mais velha universidade inglesa — Oxford — modela-se na de Paris. Aliás, desde 1167, Oxford se tornara importante centro de estudos mercê do regresso de estudantes ingleses que haviam estudado na França. E são estudantes de Oxford que vão fundar em 1209 a Universidade de Cambridge.

Outras universidades medievais despontam na Espanha: Salamanca (1220), Valladolid (1250) e Lerida (1300). Em Portugal: Lisboa (1290) e Coimbra (1303). Na França temos, além da universidade pioneira de Paris, Orleans (1305), Angers, Avignon, Cahors e Grenoble. Na Europa Central, destacam-se as universidades de Praga (1347), Cracóvia

(1364), Viena (1365), Pecs, na Hungria (1367), Erfurt (1379), Heidelberg (1385), Colônia (1388), etc.

Objetivos da Educação Superior, USA

Os objetivos atuais da educação superior nos Estados Unidos têm sido caracterizados, ao mesmo tempo, como diversos e confusos, mas — escrevem David L. McKenna, John W. Shrum e Edward A. Tarratus em *School and Society* (9/3) — uma opinião mais moderada seria a de que a diversidade e a confusão indicam um estado de transição, marcado por tendências discerníveis à medida que a educação responde às mudanças sociais.

Dois estudos anteriores sobre o mesmo assunto já foram feitos por Koos e Crawford, para os anos 1842-76 e 1909-21, e por Cole, para os anos 1925-39. O método usado nos dois casos, e empregado novamente na pesquisa de McKenna, Shrum e Tarratus, consistia em identificar livros e artigos sobre os objetivos da educação superior, lê-los e anotar os propósitos nêles contidos, tabulá-los e, finalmente, exprimi-los em percentagem.

O estudo atual abrange dois períodos de cinco anos, 1947-52 e 1956-60, o primeiro numa tentativa de identificar as tendências em desenvolvimento após a guerra, o segundo para antecipar a descoberta dos alvos mais recentes.

Os autores reúnem os dados das investigações anteriores nos que pessoalmente tabularam, dividindo

os, assim, em cinco períodos, entre 1842 e 1960.

«No primeiro período, 1842-76, os objetivos referentes a 'desenvolvimento moral', 'Educação liberal' e 'disciplina mental' perfazem 63% do total; declinam para 39 e 8% em 1909-21 e 1925-39; em 1947-52 e 1956-60 foram 27 e 19% do total, embora 'disciplina mental' desapareça no período mais recente. Estas mudanças indicam um declínio, a longo prazo, dos tradicionais objetivos liberais da educação superior, apesar do interesse periódico em lhes dar preeminência. Na mesma tradição, os produtos da educação, como 'falar bem', 'boas maneiras' e 'uso do lazer' ou desapareceram ou foram absorvidos por outros objetivos. Em lugar desses objetivos em processo de abandono ou de desaparecimento, houve aumento, a longo prazo, na menção a 'responsabilidade cívica e social' (de 7% no período inicial para 13% nos dois períodos mais recentes). Afora isto, os objetivos tradicionais da educação liberal estão sendo substituídos por objetivos novos ou re-definidos na literatura sobre educação superior.»

Não obstante tenham aumentado o número, a complexidade e a especificidade dos objetivos da educação superior, evidenciam-se preferências para cada período. Entre 1842 e 1876, por exemplo, os objetivos principais eram 'desenvolvimento moral e religioso', 'educação liberal' e 'disciplina mental'. De 1909 a 1921, entretanto, 'disciplina mental' cedeu o passo a 'responsabilidade cívica e social'. Então sucede uma mudança

quase radical em 1925-39, quando 'desenvolvimento moral e religioso' e 'educação liberal' foram substituídos na literatura por 'treinamento para as necessidades cotidianas da vida', 'ajustamento ao mundo moderno' e 'desenvolvimento do indivíduo como pessoa'. Entre 1947 e 1952 parece ter havido um recuo para os objetivos de 1909-21: 'desenvolvimento moral e religioso', 'educação liberal' e 'responsabilidade cívica e social'. Se o após-guerra também significou um recuo, os objetivos de 1956-60 representam uma síntese entre os extremos de 1842-76 e de 1925-39. Esta posição intermediária se caracteriza por 'educação liberal' e 'erudição', por um lado, e 'responsabilidade cívica e social' e 'desenvolvimento do indivíduo como pessoa', por outro.

É claro que os objetivos da educação superior, em cada qual desses períodos, refletem as forças filosóficas e sociais que a influenciavam na época.

Ensino de Direito

Entre as conclusões do Congresso Internacional de Juristas, reunido em Petrópolis, em dezembro de 1962, para discutir a atividade do Executivo e o primado do Direito, destacamos a declaração referente ao papel do Ensino de Direito numa sociedade em vias de evolução:

Introdução

Os membros das diferentes profissões jurídicas — magistrados,

professores, advogados e praticantes de Direito — têm um papel importante a desempenhar para impor ao governo o respeito aos princípios fundamentais do Direito. Esse papel assume relevo particular nos países em que a evolução social é rápida e profunda. Para que os juristas das diversas disciplinas estejam em condições de assumir estas responsabilidades, importa que o ensino de Direito dê ênfase a certos pontos, notadamente:

1) mostre como a legislação, evoluindo, contribui para uma melhor organização das relações econômicas e sociais e para uma elevação do nível de vida,

2) dê atenção particular às regras, às instituições e aos procedimentos que tendam a garantir e a promover os direitos dos indivíduos e das coletividades.

3) forme os estudantes no respeito aos princípios gerais do Direito, de maneira que tomem consciência de sua importância, compreendam a necessidade de uma justiça social mais completa, e se preparem para defender os ideais da sua profissão e lutar para fazer prevalecer o respeito ao Direito na sociedade.

Várias condições parecem necessárias à realização desses objetivos.

1) Nos países onde não existe ainda Faculdade ou Escola de Direito, estabelecimentos de ensino jurídico devem ser criados em primeira prioridade.

2) As Faculdades de Direito não devem limitar-se a formar advo-

gados, magistrados e praticantes em número suficiente às necessidades do país. Devem igualmente oferecer o ensino pós-universitário dos princípios fundamentais do Direito e da organização judiciária, endereçado principalmente a funcionários, dirigentes da indústria e do comércio, e responsáveis por organizações profissionais e sindicatos, jornalistas e publicistas. Devem, enfim, difundir, tão largamente como possível, o conhecimento desses princípios fundamentais do Direito.

3) Os estabelecimentos de ensino de Direito não devem apenas dar aos alunos um conhecimento tão completo quanto possível das diferentes disciplinas jurídicas, mas, igualmente, abrir-lhes o espírito ao senso das suas responsabilidades, e tudo isto principalmente nos países em que esses estabelecimentos são os únicos a preencher essa função.

I. Os programas de estudo

Admite-se que os programas de estudos devem dar à consagração e à operação do Primado do Direito o lugar que lhes compete. No seu pormenor, os programas serão função das condições particulares a cada país e do nível do ensino pré-universitário. É entretanto possível estabelecer algumas regras de importância geral.

Dois pontos merecem consideração: o conteúdo dos programas e os métodos de ensino. Não se trata de sugerir um programa completo de ensino. Observar-se-á apenas que, do ponto de vista da garantia das

liberdades fundamentais e da proteção do indivíduo contra o arbítrio, certas matérias têm importância particular, por exemplo, o Direito Constitucional, o Direito Administrativo, o Direito Penal e o Direito Internacional e Comparado. O lugar que ocupam as garantias de processo na proteção dos direitos do homem torna indispensável o estudo do processo civil e penal. Os estudantes deverão ser formados no estudo dos princípios fundamentais do Direito, assim como na discussão de questões particulares e de casos concretos. Cada qual das disciplinas ensinadas deverá situar-se no seu quadro histórico, político, econômico e social.

Convirá fazer referências frequentes aos sistemas jurídicos estrangeiros, bem como paralelos que ponham em relêvo as vantagens e os defeitos respectivos das soluções em presença.

As Faculdades de Direito devem ser centros, não apenas de ensino, mas também de discussão, organizando debates de questões atuais, notadamente sobre as reformas legislativas propostas no país, e promovendo conferências sobre os dados mais recentes da evolução do Direito.

II. Os Estudantes

A admissão nas faculdades de Direito deve estar normalmente subordinada a certo nível de cultura. A condição requerida pode ser, ou a posse de certos títulos universitários, ou a aprovação num exame de

admissão. Pode ser necessário, aliás, nos países em vias de desenvolvimento, atenuar essas regras com vista a uma formação acelerada de quadros.

Em todo caso, não se pode admitir, quer para as condições de admissão, quer no curso dos estudos, qualquer discriminação entre os candidatos por motivos de raça, nacionalidade, religião, sexo, idéias políticas ou situação social. Devem-se tomar medidas, sob a forma, por exemplo, de bolsas de estudo ou de empréstimos de honra, para que nenhum candidato tenha de renunciar a entrar na Faculdade ou a prosseguir seus estudos por falta de meios pecuniários, nem os estudantes fiquem expostos ao recurso a fundos abusivos ou arbitrários.

III. O Corpo Docente

Em relação ao corpo docente, também, não se deve tolerar qualquer discriminação fundada sobre a raça, a nacionalidade, a religião, o sexo, as idéias políticas ou a situação social. As Faculdades de Direito, quer de ensino privado, quer de ensino público, devem poder fazer a livre escolha dos seus corpos docentes (de preferência recrutados através de concurso) ou pelo menos participar da sua nomeação. A escolha deve levar em conta, não apenas o valor intelectual dos candidatos, mas igualmente a sua integridade moral e o senso que têm das suas responsabilidades cívicas e sociais. Os professores devem receber uma remuneração convenient-

te e ter segurança de estabilidade nos seus postos, que lhes deixe inteira liberdade de expressão.

A garantia da independência do corpo docente apresenta interesse particular nos países em que as Faculdades de Direito são de ensino público. Essa garantia será assegurada pelo recrutamento por concurso, pela estabilidade no cargo e pelo reconhecimento das liberdades universitárias tradicionais.

Nada se opõe a que professores de Faculdades de Direito tenham atividade ou exerçam funções políticas, o que pode até apresentar vantagem. Mas as liberdades universitárias devem continuar intactas e a Universidade deve ser posta ao abrigo das flutuações da política.

É desejável que o intercâmbio de professores seja regularmente organizado entre Universidades de um mesmo país e entre Universidades de países diferentes.

Enfim, os estabelecimentos de ensino de Direito devem prover à formação do seu próprio corpo docente e permitir aos professores completar sua formação.

IV. A Organização do Ensino de Direito

Em face dos objetivos definidos na introdução, parece desejável que a organização do ensino caiba às próprias Faculdades e escape a toda influência estranha aos seus interesses. O corpo docente deve ter nessa matéria autoridade preponderante.

O ensino deve ser compreendido de tal maneira que os professores se beneficiem de completa liberdade de expressão, tanto nos seus cursos como nos seus trabalhos pessoais. Nos países em vias de desenvolvimento, o ensino deve ser organizado em função das suas necessidades próprias.

Onde as Faculdades de Direito sejam de ensino público, devem dispor de grande autonomia, notadamente em matéria financeira. A esse respeito, é de desejar que as suas despesas sejam cobertas antes por fundos públicos do que por emolumentos pagos pelos alunos, de

PUBLICAÇÕES

FOUSP

Correspondente a janeiro-junho de 1963, acaba de aparecer o primeiro número de **FOUSP**, revista da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo (94 p.).

O corpo editorial da revista compõe-se do professor Otávio Della Serra, dos drs. Dioraci Fonterrada Vieira e José Bonifácio Fonseca e da bibliotecária Terezine Arantes Ferraz.

De publicação semestral, a revista é sucessora dos **Anais** da Faculdade de Farmácia e Odontologia da USP, cuja publicação se encerrou com o volume 19, referente ao ano de 1962.

Este número primeiro de **FOUSP** traz colaborações de José Bonifácio

tal maneira que todo o país contribua, por via orçamentária, para a manutenção de instituições essenciais ao Primado do Direito. Aquêles que, com as suas contribuições pessoais, provêem às necessidades financeiras dos estabelecimentos privados, servem igualmente ao Primado do Direito.

Enfim, as Faculdades de Direito encontrarão vantagem em prestar toda a atenção às recomendações formuladas pelas Nações Unidas, pelas suas instituições especializadas e pelas suas organizações regionais.

Fonseca, Wilson da Silva Sasso e Reinaldo Todescan.

Previdência Social

A recente Lei Orgânica da Previdência Social veio agravar a escassez, entre nós, de trabalhos doutrinários sobre essa matéria, escassez que se torna mais sensível à medida que se desenvolve o ensino da previdência social, tanto nas Faculdades de Direito e de Ciências Econômicas, quanto nos cursos de Sociologia. Daí a oportunidade de um livro como **Previdência Social** (Zahar Editores, 265 pp.), de Celso Barroso Leite e Luiz Paranhos Veloso, com prefácio do professor A.

F. Cesarino Jr., catedrático de Legislação da Faculdade de Direito, USP.

Bem estruturada e escrita com clareza que chega a ser didática, a obra compreende, além de amplas referências bibliográficas e índice alfabético, sete capítulos: Evolução das atribuições do Estado, Previdência social (conceito, razão de ser,

etc.), Previdência social no estrangeiro, Previdência social no Brasil (origem, evolução, sistema vigente, posição dentro do todo sócio-econômico, etc.), Antecedentes da Lei Orgânica, Lei Orgânica da Previdência Social (pontos altos e principais falhas) e Direito Previdenciário (com tópico especial sobre interpretação das leis previdenciárias).

ATOS OFICIAIS

Professores Catedráticos

Foram nomeados professor catedrático

— de Direito Civil (3a. cad.), Faculdade de Direito de Pelotas, URS — Emílio Alberto Maia Gischkow;

— de Anatomia dos Animais Domésticos, Escola de Agricultura e Veterinária, Universidade do Paraná — Pedro Pimpão de Azevedo;

— de Botânica aplicada à Farmácia, Faculdade de Farmácia e Odontologia de Alfenas — Plínio do Prado Coutinho (interinamente);

— de Moeda e Crédito, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Ceará — Josafá de Lima Linares;

— de Zoologia e Parasitologia, Faculdade de Farmácia e Odontologia de Alfenas — Antônio Silveira (interinamente);

— de Estatística Metodológica, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Ceará — Tomás Gomes da Silva;

— de Língua e Literatura Espa-

nhola, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade da Paraíba — Manoel Martínez y Martínez;

— de Contabilidade Pública e Geral, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Ceará — Paulo Avelar Cavalcanti Rocha;

— de Clínica Cirúrgica, Faculdade de Medicina, Universidade da Bahia — Fernando Freire de Carvalho Luz;

— de História Econômica do Brasil, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Ceará — Waldery Magalhães Uchoa;

— de Patologia e Clínica Cirúrgica e Obstétrica, Faculdade de Agronomia e Veterinária, Universidade do Paraná — Sílvio Bove;

— de Violino e Violeta, Instituto de Belas Artes, URS — Antônio Tavares Côrte Real;

— de Direito Comercial, Faculdade de Direito, Universidade da Bahia — Décio dos Santos Seabra;

— de Operações Industriais, Escola de Engenharia, URS — Frederico Ponte Filho.

A CAPES tem por fim a promoção de medidas destinadas ao aperfeiçoamento do ensino universitário e à melhoria, em qualidade e quantidade, do quadro de profissionais de nível superior do País.